



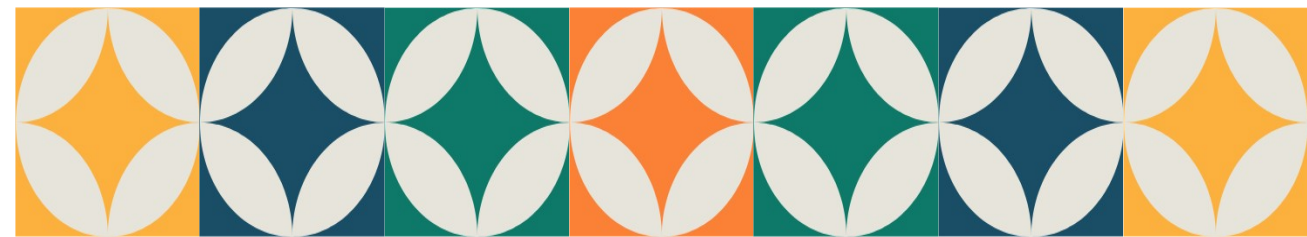
Encontro Estadual sobre Gestão Orçamentária e Financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Ceará - Outubro 2025



SECRETARIA NACIONAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

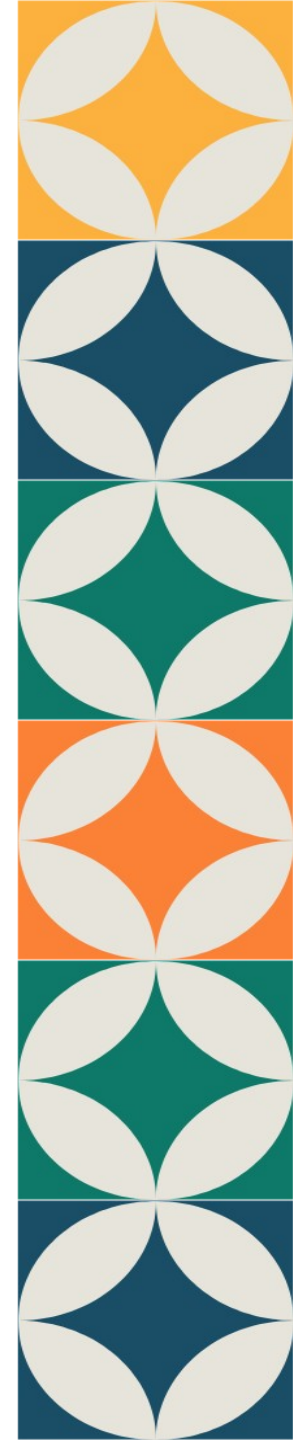
MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME





SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

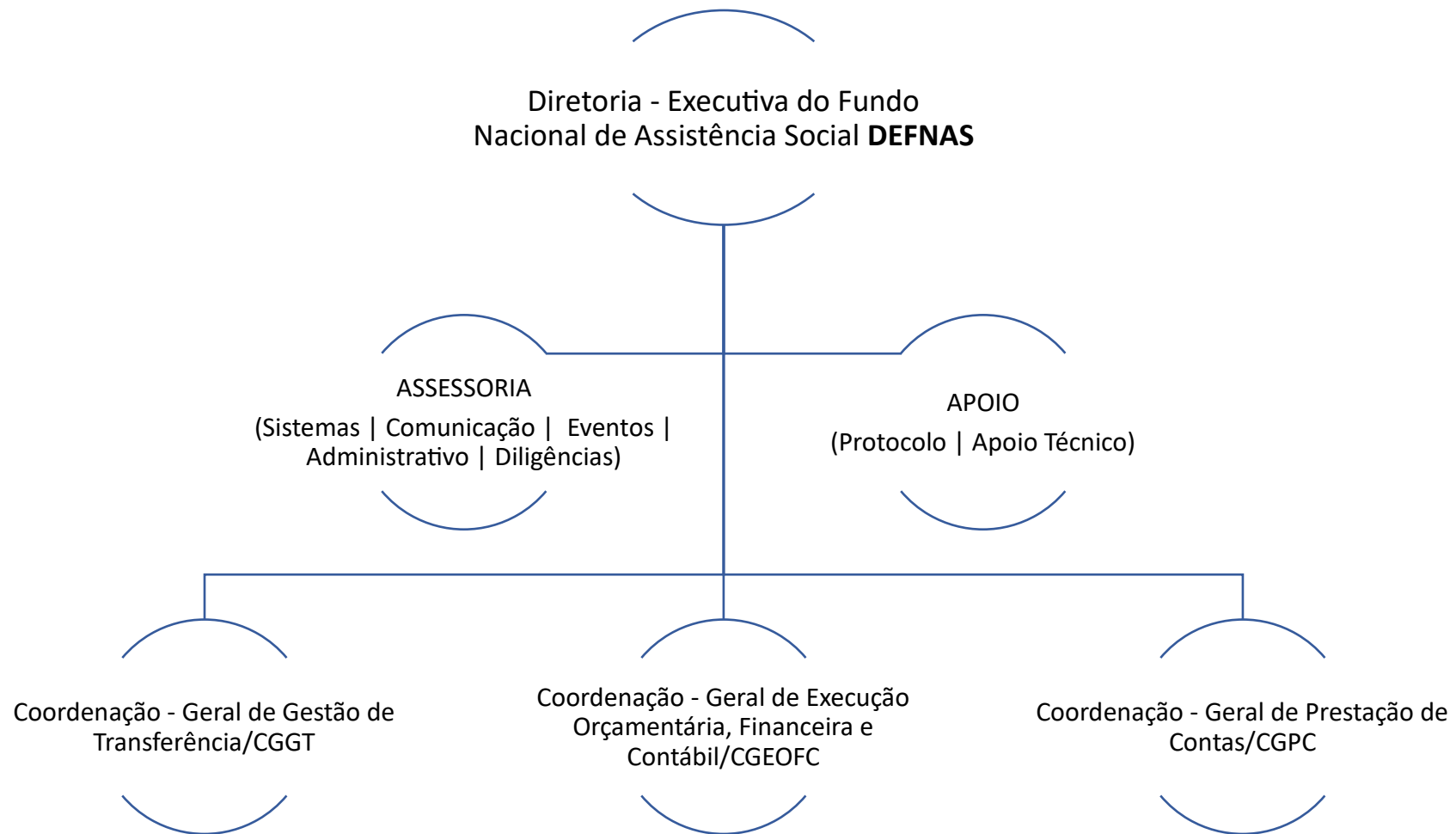
O SUAS integra uma política pactuada nacionalmente, que prevê uma organização participativa e descentralizada da assistência social, com ações voltadas para o fortalecimento da família.

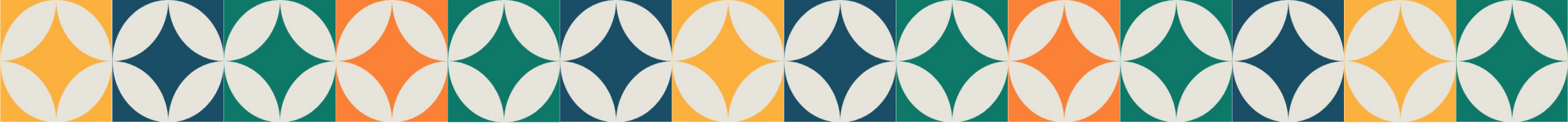


Fundo Nacional de Assistência Social

- Instituído pela **Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**;
- Regulamentado pelo **Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012**;
- Fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil que tem como objetivo proporcionar recursos para cofinanciar gestão, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;
- Cabe ao órgão responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, gerir o FNAS, sob orientação e acompanhamento do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Estrutura





Pacto Federativo

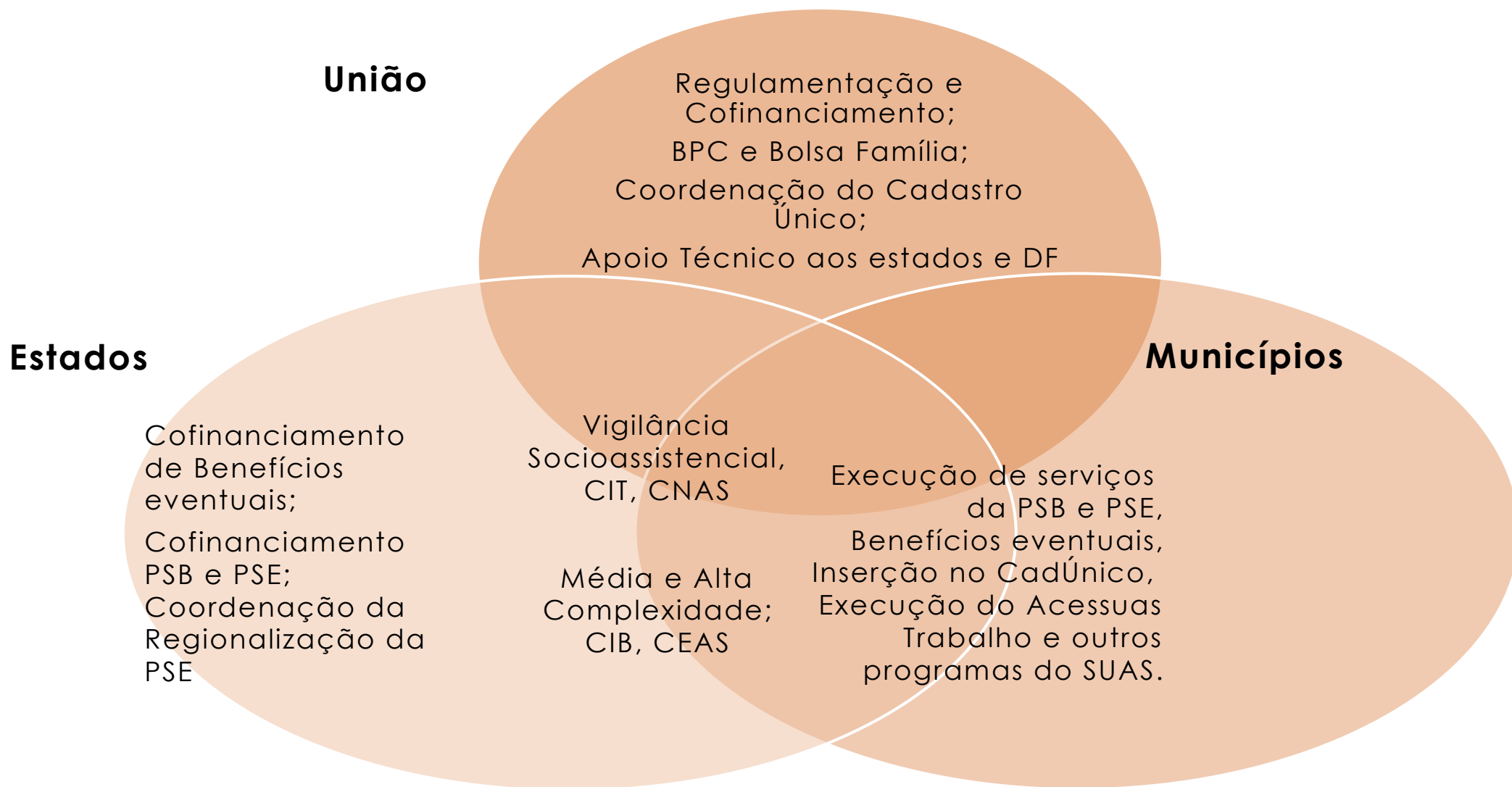
Responsabilidades e Competências

O **Sistema Único de Assistência Social - SUAS** é um sistema descentralizado onde possui responsabilidades e competências compartilhadas. De acordo com o Art. 12 da NOBSUAS/2012 constituem responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

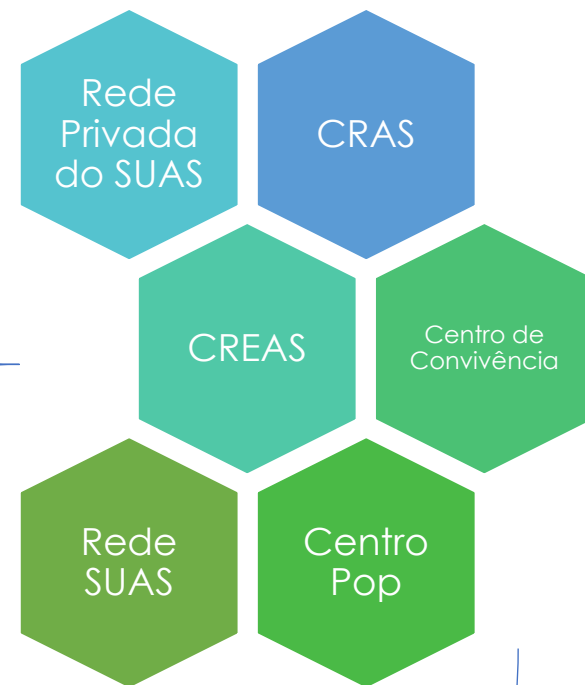
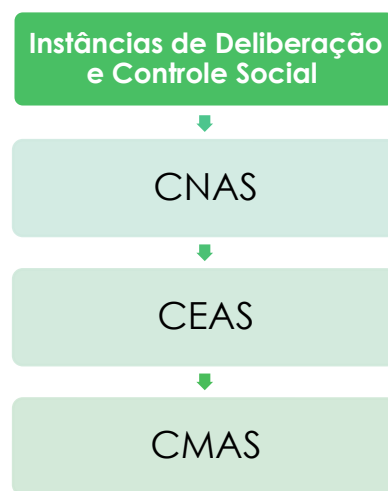
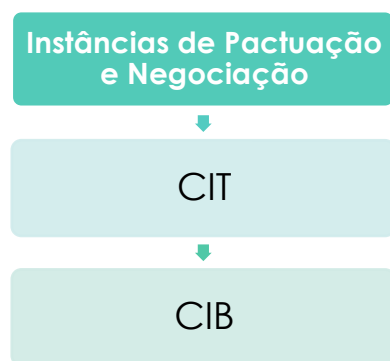
- I - Organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias;
- II - Estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais;
- III - normatizar e regular a política de assistência social em cada esfera de governo, em consonância com as normas gerais da União.



Atribuição dos Entes Federados no SUAS



Organização do SUAS



Usuários do SUAS

Estruturação dos Fundos de Assistência Social

Apesar de não haver estrutura única recomendável, certas funcionalidades são aplicáveis a todos os casos:



ASPECTOS LEGAIS

- Lei de Criação do Fundo;
- Decreto de Regulamentação do Fundo; e
- Inscrever o FAS no CNPJ.



ASPECTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS

- Definir o Ordenador de Despesas e o Gestor Financeiro;
- Subordinar o Fundo à Secretaria de Assistência Social; e
- Definir equipe do FMAS.



ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

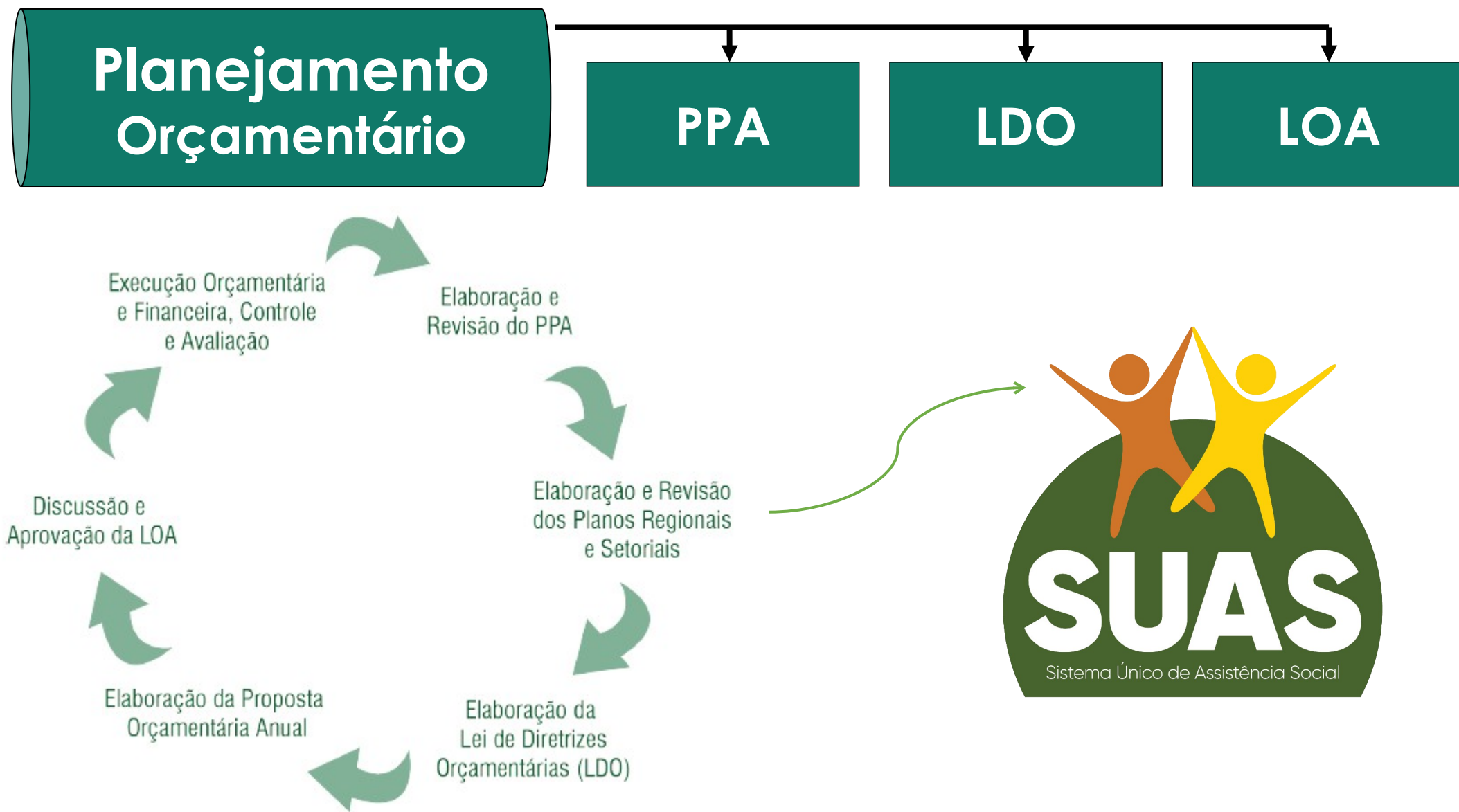
- Constituir Unidade Orçamentária e Instituir Unidade Gestora;
- Realizar planejamento e a execução orçamentária, financeira e contábil;
- Prestar Contas ao Conselho em relatórios de fácil compreensão; e
- Prestar contas ao MDS.



Operacionalização

**ciclo orçamentário, classificação, tipos
repasses, transferências e execução**

Ciclo Orçamentário





Classificação das Funções e Sub Funções

Define as áreas de atuação dos governos

FUNÇÃO 08 - AS

241 – Assistência à
Pessoa Idosa

242 – Assistência à
Pessoa com
Deficiência

243 – Assistência à
Criança e ao
Adolescente

244 – Assistência
Comunitária

245 – Serviços
Socioassistenciais

246 – Segurança
de Renda

Portaria SOF/MPO nº 169/2024 – Ministério do Planejamento e Orçamento
Manual de Elaboração da Lei Orçamentária do Município.

Contextualização das transferências fundo a fundo

- Pacto federativo;
- Sistema baseado em competências e responsabilidades;
- O repasse na modalidade fundo a fundo não se trata de convênios ou qualquer outro instrumento congênere.
- O repasse está inserido dentro de uma política pública estruturada a partir dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal e da Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);
- **Recursos são repassados à medida que ocorre a disponibilidade financeira, observado o orçamento aprovado em Lei.**





Blocos de Financiamento

- Flexibiliza a utilização dos recursos para os diversos serviços socioassistenciais que compõe cada Bloco de Financiamento otimizando a sua utilização.
- Os recursos dos Blocos de Financiamento podem ser utilizados para qualquer serviço do respectivo Bloco, desde que sejam asseguradas as ofertas das ações pactuadas, dentro dos padrões e condições normatizadas.
- Também se encontram regulamentados por meio do Decreto nº 7.788/2012 e pela Resolução CNAS nº 33/2012 (NOB/SUAS).

SERVIÇOS

- Bloco de Financiamento da **Proteção Social Básica**
- Bloco de Financiamento da **Proteção Social Especial**

APOIO À GESTÃO

- Bloco de Financiamento da **Gestão do SUAS**
- Bloco de Financiamento da **Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único**

Transferências Estruturantes de caráter temporário na modalidade fundo a fundo - EstruturaSUAS

- Recursos oriundos principalmente por meio de emendas parlamentares;
- Repassados diretamente aos Fundos de Assistência Social, mediante programação a ser realizada no sistema **EstruturaSUAS** (antigo SIGTV);
- As programações podem ser destinadas para custeio ou investimento;
- Os recursos em sua origem podem ser destinados para as entidades privadas, observados os regramentos contidos na **Portaria nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024.**



Execução dos recursos – Observar:

- **Resolução nº 109 de 11/11/2009**, - “**Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**”, onde estão enumerados os serviços tipificados e, a partir destes, a classificação dos recursos materiais, físicos e humanos necessários;
- **Legislações específicas** de cada serviço ou programa, verificando as características de execução peculiares a cada uma das ações e suas possíveis vedações;
- Regramento da execução dos recursos financeiros dispostos na **Portaria MDS nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024**, que traz entre outras questões o gasto com pessoal;
- Demais dispositivos legais do SUAS (LOAS, NOB-SUAS, NOB-RH, Resoluções do CNAS, e outros);



Execução dos recursos – Observar:

- Podem ser realizados gastos com a **finalidade** de manutenção e conservação dos equipamentos, tendo em vista a vedação de constituição de capital público ou privado;
- Os recursos das transferências regulares e automáticas não poderão ser destinadas à realização de obras que aumentem o valor dos imóveis ou ainda que alterem seu gabarito original;
- Podem ser utilizados para aquisição de equipamentos e materiais permanentes necessários à execução das ofertas socioassistenciais no âmbito do SUAS;
- Todos os gastos (aquisições, contratações de serviço, pagamento de equipes de referência) deverão **observar a vinculação entre a finalidade do recurso de origem e a sua utilização.**



Condições necessárias para recebimento de recursos do FNAS (CPF do SUAS – Financiamento)

Art. 30 da LOAS - Cumprimento por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

C) a constituição do conselho de assistência social;

P) a elaboração do plano de assistência social;

F) a instituição e funcionamento do fundo, com alocação de recursos próprios do tesouro em seu orçamento.

Constituir Unidade Orçamentária para cada Fundo de Assistência Social nas respectivas esferas de governo contemplando os recursos destinados às Ações/Serviços de Assistência Social (as parcelas do cofinanciamento federal, estadual e municipal).





LOA E QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA





ORÇAMEN TO PÚBLICO

É um documento legal que
reflete a atividade do Estado


RECEITA
+
DESPESAS

Visa
expressar a
política
econômica e
financeira do
governo



PRA QUE SERVE O ORÇAMENTO PÚBLICO?



- Melhor planejamento do trabalho;
 - Mais precisão orçamentária;
 - Determinar responsabilidades;
 - Melhorar a relação de custos;
 - Maior compreensão orçamentária;
 - Identificar duplicidades;
 - Maior controle da execução orçamentária;
 - Identificar gastos e compará-los;
 - Apresentar resultados; e
 - Ênfase nas entregas.
- 

Lei Orçamentária

- **Detalhamento da receita**
- **Detalhamento da despesa**
- **Referencias para cronograma mensal de desembolso e previsão bimestral da receita**

Envio ao Legislativo



Lei



Aprovação da Lei

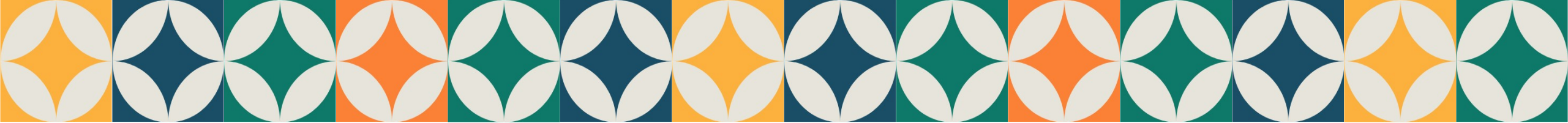
Até 31/08



LOA

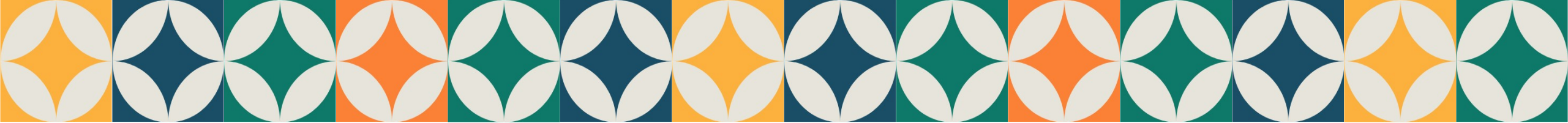


Até 22/12



Pontos a serem observados

- A compatibilidade com o PPA e o Plano de Assistência Social;
- Se todas as receitas estão sendo previstas na sua totalidade, tanto as que serão originadas das transferências do FNAS, quanto as do estado (no caso dos municípios), quanto as do tesouro municipal ou estadual (recursos próprios);
- Se foram previstas todas as despesas relativas aos gastos para manutenção e investimento na rede socioassistencial;
- Se as despesas previstas estão compatíveis com a Política Nacional de Assistência Social;
- Se os valores fixados para as despesas são suficientes para que se cumpra as metas estabelecidas no PPA e para que a população tenha assegurado os bens e aquisições a que tem direito;
- O conselho deve apreciar e aprovar a PLOA do órgão gestor da assistência por meio de resolução contendo, se for o caso, as recomendações a serem verificadas pelo gestor da área (§ 4º do artigo 17 da LOAS);
- A classificação da receita, a ser utilizada pelos Entes deve ser observado o Anexo I da Portaria Conjunta STN/SOF/ME n.º 103, de 05 de outubro de 2021.



Quadro de Detalhamento de Despesas - QDD

É um pilar fundamental para a transparência, o controle e a prestação de contas dos recursos públicos.

Naturezas de despesas: art. 2º da Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021
“A classificação da receita, a ser utilizada **por todos os entes da Federação** de forma facultativa em 2022 e obrigatória a partir de 2023, inclusive para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, consta do Anexo I da Portaria”

Unidade Orçamentária Fundo Municipal de Assistência Social deve alocar APENAS os recursos da Política de Assistência Social.

As nomenclaturas divulgadas no GUIA UNIFICADO PLOA, QDD E FUNÇÃO 08 foram ajustadas conforme as orientações do Ministério do Planejamento e Orçamento (Governo Federal) para o exercício de 2026.

Guia Unificado PLOA, QDD, Função 08

<https://fnas.mds.gov.br/fnas-disponibiliza-guia-unificado/>





Ações orçamentárias **sugeridas** no QDD

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
- 2.BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - (IGD-SUAS);
- 3.BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO;
- 4.BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA;
- 5.BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC);
- 6.GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS;
- 7.EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL;
- 8.FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL);
- 9.PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ; E
- 10.PROCADSUAS.



Observação quanto as ações orçamentárias **sugeridas** no QDD

Não há necessidade de ter diversas ações orçamentárias para a execução de programas federais que tenham relação com algum bloco, salvo as exceções do Programa Primeira Infância no SUAS e PROCADSUAS.

É importante ser efetivada a leitura das relações de execução conforme a lógica de blocos, sendo assim, deve-se executar programas que são vinculados de acordo com sua proteção e interação:

- AEPETI – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL;
- ACESSUAS TRABALHO – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA;
- BPC NA ESCOLA – Ambos os blocos de Serviços; e
- CapacitaSUAS – BLOCO DA GESTÃO DO SUAS.



Ações orçamentárias vedadas

- Gestão e Manutenção do Conselho Tutelar;
- Manutenção de Conselhos que não seja o Conselho de Assistência Social, como os Conselhos da Criança, adolescente, Mulher, Pessoa Idosa e outros;
- Comunidades Terapêuticas;
- Segurança Alimentar e Nutricional;
- Políticas Sobre Drogas;
- Direitos Humanos e Igualdade Racial;
- Defesa Civil;
- Política para juventude;
- Programas de Redistribuição de Renda;
- Política de Habitação;
- Sistema de Garantia de Direitos;
- Política do Trabalho;
- Ações de Acesso à documentação básica;
- Programas que não tenham regulação prevista no SUAS; e
- Outras ações que venham ferir a LOAS e ao SUAS.

Na Unidade Orçamentária do Fundo de Assistência Social, não deve, de forma alguma, ser alocada qualquer ação/programas orçamentária que não esteja prevista no ordenamento do SUAS.



MODELO PADRÃO DE QDD

VOLTADO EXCLUSIVAMENTE PARA A UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Modelo Classificador do Orçamento do SUAS

FONTES DE RECURSOS: MUNICIPAL - M
ESTADUAL - E
FEDERAL - F

Quadro de Detalhamento de Despesas Modelo de Classificador do Orçamento do SUAS

FUNÇÃO
08 – Assistência Social

SUBFUNÇÕES

122 - Administração Geral
241 - Assistência à Pessoa Idosa
242 - Assistência à Pessoa com Deficiência
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
244 - Assistência Comunitária
245 - Serviços Socioassistenciais
246 - Segurança de Renda

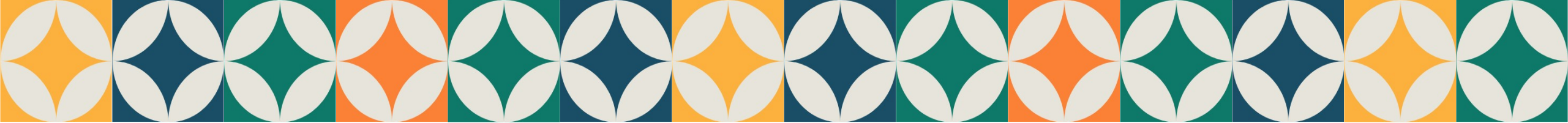
Órgão Gestor – Secretaria de Assistência Social (XX)

Unidade Orçamentária – Fundo de Assistência Social (XX.01)



Resultado Primário
01 – Despesas Obrigatórias
02 - Discricionárias
06 - Emendas individuais impositivas
07 - Emendas de bancada estadual impositivas
08 - Emendas de comissão permanente impositivas

Projeto Atividade	08.122.XXX.X.XXX - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Código/Ficha	Elemento de Despesa	Discrição do Elemento	Fonte do Recurso	Resultado Primário	Dotação Inicial	Saldo
XXX	3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	M		R\$ 0,00	R\$ 0,00
XXX	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
XXX	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais - INSS				
XXX	3.1.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				
XXX	3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas				
XXX	3.1.90.96.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado				
XXX	3.3.50.41.00	Contribuições				
XXX	3.3.50.43.00	Subvenções Sociais				
XXX	3.3.90.14.00	Diárias - Civil				
XXX	3.3.90.30.00	Material de Consumo				
XXX	3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				



Observações quanto as ações orçamentárias **sugeridas** no QDD

Na ação orçamentária Gestão Administrativa do FMAS podem ser alocados todos os processos de pagamento para gerir os recursos do fundo municipal.

Exemplo: pagamentos de água, luz, aluguel, material de consumo e outras despesas conforme avaliação do município.

Para o orçamento do CMAS **sugerimos** alocar em ações orçamentárias separadas:

- Funcionamento do CMAS – subfunção 122 (nesta ação podem ser executados: material de consumo, pagamento de água, luz, internet, aluguel e outras despesas conforme avaliação);

Como exemplo:

- IGD PBF – subfunção 244;
- IGD SUAS – subfunção 245



Observações no QDD

A Dotação Inicial a ser informada no documento é aquela constante na LOA do Município;

O saldo é o valor atualizado da dotação.

Resultado primário é um indicador da origem do recurso do orçamento público, pode ser:

02 - Discricionárias

06 - Emendas individuais impositivas

07 - Emendas de bancada estadual impositivas

08 - Emendas de comissão permanente impositivas

Caso, o município execute a folha de pagamento com os recursos próprios dentro da ação orçamentária do bloco da proteção social básica (exemplo), é necessário demonstrar dentro do QDD da Unidade Orçamentária Fundo Municipal de Assistência Social.



Canais de comunicação do **FNAS**



SITE



INSTAGRAM



CANAL
WHATSAPP



YOUTUBE

Obrigada!



FNAS
FUNDO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

